



FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Lei de licitação nº 14.133/2021

Área Requisitante:

Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

Responsável pela demanda:

Surrailly Fernandes Youssef – Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

Objeto:

Contratação da/o palestrante **Maria Railda Silva (Railda Alves)** para o “Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica”

Quantidade:

Tempo de Contratação: 1 hora 30 minutos

Justificativa:

A contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Trata-se da ação educacional que visa discutir a luta por reparação e memória a partir de uma mesa de debates com autoridades, sobreviventes do massacre e acadêmicos que atuam na temática. Além disso, será discutida a importância das intervenções culturais e da arte como mecanismo de luta por memória

A contratação está relacionada ao evento objeto do processo SEI nº 2025/0026376

Estimativa preliminar do valor da contratação:

Valor total estimado - R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)

Data pretendida para a conclusão da contratação:

01/10/2025

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato:

02/10/2025

Grau de prioridade da contratação:

médio

Vinculação ou dependência com outro DFD:

A execução deste DFD possui dependência com a contratação dos outros palestrantes do evento, conforme autorizados no processo SEI 2025/0026376.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 22/09/2025, às 09:05, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1524394** e o código CRC **D0E94FC0**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1524394v3



FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO REALIZAÇÃO OU APOIO A EVENTOS PRESENCIAIS

Por razões de economicidade e, especialmente, buscando garantir maior participação dos colegas (recente pesquisa apontou que 70% dos colegas preferem eventos no formato exclusivamente remoto), pedimos, por gentileza, para que o/a solicitante aponte as razões que justificariam o formato presencial (ou híbrido) para o presente evento, o que será avaliado pela Direção da EDEPE levando em conta os critérios acima expostos:

Justificativa para o evento no formato presencial (ou híbrido): **O evento acontece no marco dos 33 anos do Massacre do Carandiru e é fruto da resistência diária e das lutas por verdade, memória e reparação de sobreviventes do sistema prisional, seus familiares e aliados. Este evento também consolida os esforços e o trabalho para o reconhecimento do Carandiru como um lugar de memória, das pessoas atingidas pela violência prisional como fazedoras de memória e das conexões profundas entre as memórias da escravidão, as memórias do cárcere e seus desdobramentos na vida da população afrodescendente. Assim, central que seja realizado de forma presencial para permitir as discussões sobre território e direito à memória e verdade.**

1. DADOS DO/A SOLICITANTE, COORDENADOR/A E FISCAL DO EVENTO

O/A solicitante do evento é responsável pela veracidade e correção das informações contidas neste formulário. Eventuais retificações deverão ser formalizadas mediante preenchimento de novo formulário.

1.1. Nome do/a solicitante: Surrailly Fernandes Youssef

1.2. Cargo: Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

1.3. Unidade/Regional/Núcleo: Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

1.4. Telefone de contato: [REDACTED]

1.5. E-mail: [REDACTED]

1.6. Coordenador/a do Evento¹:

(X) Próprio/a solicitante

() Coordenador/a diverso do/a solicitante (neste caso, preencher opções abaixo)

1.6.1. Nome do/a Coordenador/a do Evento: _____.

1.6.2. Cargo: _____.

1.6.3. Unidade/Regional/Núcleo: _____.

1.6.4. Telefone de contato: _____.

1.6.5. E-mail: _____.

1.7. Fiscalização do Evento²:

Apenas preencher este campo caso o evento conte com a prestação de serviços por particulares (coffee break, libras, palestrantes etc).

Neste caso, após o evento, envie o "EDEPE - RELATÓRIO PÓS-EVENTO".

(X) Próprio/a solicitante

() Coordenador/a do evento

() Outro/a

1.7.1. Nome do/a fiscal: _____.

1.7.2. Cargo: _____.

1.7.3. Unidade/Regional/Núcleo: _____.

1.7.4. Telefone de contato: _____.

1.7.5. E-mail: _____.

¹ O/A Coordenador/a do evento se compromete a estar presente nas datas de realização do evento, a fim de receber palestrantes e presidir eventuais solenidades de abertura e encerramento.

² A fiscalização consistirá na verificação do cumprimento dos termos contratados com a EDEPE, mediante instruções fornecidas oportunamente. Haverá a necessidade de elaboração de relatório a ser enviado à EDEPE no dia seguinte ao término do evento.

2. COORDENAÇÃO REGIONAL DA EDEPE

2.1. Nome do Coordenador Regional da EDEPE: Vanessa Vieira

Envie o "EDEPE - CIÊNCIA DO/A COORDENADOR/A REGIONAL DA EDEPE".

3. DADOS DO EVENTO

3.1. Nome do Evento: Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

3.2. Natureza do evento:

() capacitação interna

(X) educação em direitos

3.3. Gravação do evento:

() não

(X) sim (neste caso, preencher opções abaixo)

3.3.1. Disponibilização da gravação:

☒ Youtube

☐ Plataforma EDEPE Online

3.3.2. Público que poderá ter acesso à gravação

☒ interno

☒ externo

3.4. Abrangência:

☐ Apenas para a Unidade do/a solicitante

☐ Apenas para a Regional

☒ Estadual

☒ Nacional

3.5. Local do evento (caso seja autorizada a modalidade presencial, o local deve ser previamente reservado pelos/as solicitantes do evento diretamente com os responsáveis pela agenda dos espaços pretendidos):
Auditório da ETEC de Artes - Prédio II, Av. Cruzeiro do Sul, 2630 - Santana, São Paulo - SP, 02030-100

3.6. Data e horário do evento: 02 de outubro de 2025, das 13h00 às 18h00.

3.7. Justificativa, objetivos, metodologia do evento e demais observações:

Demolido por decreto governamental em dezembro de 2002, o território desta casa prisional, como tantos outros, é testemunha das práticas de violência de Estado e de uma história de massacres, entre eles o Massacre do Carandiru de 02 de outubro de 1992, um dos episódios mais aterradoros da cronologia de graves violações de direitos humanos do Estado Brasileiro. Naquela data, a Polícia Militar de São Paulo, com a anuência de autoridades do governo do estado de São Paulo, foi responsável por torturar e matar, ao menos, 111 pessoas privadas de liberdade e lesionar gravemente outras inúmeras vítimas encarceradas no Pavilhão 09, desamparando famílias e produzindo danos incalculáveis e transgeracionais.

O evento Território-Memória Carandiru: construindo alianças para reparações históricas acontecerá no dia 02 de outubro de 2025 às 14h30min no **Auditório da ETEC das Artes**, localizado no Prédio II, Av. Cruzeiro do Sul, 2630 - Santana, São Paulo - SP, 02030-100 São Paulo, território em que funcionou por mais de 40 anos a Casa de Detenção de São Paulo.

O evento discutirá a luta por reparação e memória a partir de uma mesa de debates com autoridades, sobreviventes do massacre e acadêmicos que atuam na temática. Além disso, será discutida a importância das intervenções culturais e da arte como mecanismo de luta por memória.

3.8. Sinopse do evento para constar na programação: **O evento acontece no marco dos 33 anos do Massacre do Carandiru e é fruto da resistência diária e das lutas por verdade, memória e reparação de sobreviventes do sistema prisional, seus familiares e aliados. Este evento também consolida os esforços e o trabalho para o reconhecimento do Carandiru como um lugar de memória, das pessoas atingidas pela violência prisional como fazedoras de memória e das conexões profundas entre as memórias da escravidão, as memórias do cárcere e seus desdobramentos na vida da população afrodescendente.**

3.9. Palavras-chave para busca na Plataforma: **Carandiru, verdade, memória e reparação**

Envie o "EDEPE - PROGRAMAÇÃO DO EVENTO".

3.10. Público-alvo:

Número de participantes: 100

☐ Estagiários/as

- () Servidores/as
() Defensores/as Públicos/as
() Agentes de Defensoria Pública*
(X) Público Externo*

OBS: Nos casos marcados com*, especificar área de formação, se o caso: movimentos sociais, parlamentares, ministros, secretários, estudantes, advogados/as, ativistas etc...

3.10.1. Abertura de vagas mediante expedição de edital³

- (X) Sim () Não

Caso a resposta seja afirmativa, indique o número de afastamentos pretendidos:

Defensores/as Públicos/as: 5.

Agentes de Defensoria Pública: 5

Oficiais de Defensoria Pública: 5

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1. Materiais necessários:

- (X) Elaboração de arte para divulgação ⁴
(X) Impressão de cartaz de divulgação, quantidade: 3.

Especificações do cartaz (ex. cores, logotipos que devem ser incluídos, inspirações, artes que tenham pertinência etc):

Inserir logo das organizações parceiras:

Núcleo Memórias Carandiru

Instituto Resgata Cidadão

Primeira Frente de Sobreviventes do Cárcere

Coordenação-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Grupo de Pesquisa em Direito e Violência de Estado da FGV Direito SP

Extensão do Curso de Direito da Universidade de São Paulo (verificar como assinar)

Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Núcleo Especializado da Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo

Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública de São Paulo

Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paul

- () Programação impressa a ser distribuída no dia do evento, quantidade: _____.
() Pastas, quantidade: _____.
() Blocos, quantidade: _____.
() Outros materiais: _____.

³ A lista de contemplados que necessitem de afastamento será encaminhada pela EDEPE ao Conselho Superior – CSDP e o respectivo deferimento é condição para a concessão de diárias e transporte para os/as interessados/as.

⁴ A arte do evento será elaborada pela equipe da EDEPE. Caso o evento seja realizado em parceria, enviar os respectivos logotipos e autorizações de uso quando do envio deste formulário.

4.2. Certificados

Os modelos de certificados para participantes e palestrantes serão enviados pela EDEPE para preenchimento pelo/a solicitante e assinado pelo/a Coordenador/a Regional da Escola5, o qual poderá solicitar a inserção de sua assinatura digital no documento. Enviar modelo de certificado?

☒ Sim ☐ Não

4.3. Abertura do Evento

Cerimonial de abertura (opção disponível apenas para eventos de abrangência internacional ou nacional) 6

☐ Sim ☒ Não

4.4. Audiovisual

• Há necessidade de disponibilização de equipamentos de som (microfones, caixas de som)? Descrever equipamento e quantitativo, caso o local do evento não disponha de equipamento próprio.

☒ Sim ☐ Não _____.

• Há necessidade de disponibilização de equipamentos de projeção? Descrever equipamento e quantitativo, caso o local do evento não disponha de equipamento próprio.

☐ Sim ☒ Não _____.

• Deseja que o evento seja gravado (opção para eventos realizados em São Paulo, Capital)? Em caso afirmativo, em qual veículo pretende a disponibilização do vídeo?

Sim

• Deseja que o evento seja transmitido online ao vivo através da Plataforma EDEPE? (opção para eventos realizados no Auditório da Rua Boa Vista, 200 – São Paulo)

☐ Sim ☐ Não _____.

• Há necessidade de intérprete de Libras?

☐ Sim ☒ Não _____.

⁵ Os certificados devem ser emitidos aos participantes de, no mínimo, 75% do evento, conforme a lista de presença assinada, que deverá ser encaminhada para a EDEPE no dia seguinte ao término do evento, assim como a confirmação dos nomes dos palestrantes que efetivamente participaram do evento.

⁶ Independentemente da abrangência do evento, o/a Coordenador/a do evento será responsável pela mesa de abertura e encerramento do evento, eventuais solenidades, bem como recepção de palestrantes.

4.5. Alimentação

Há necessidade de disponibilização de coffee break?

☒ Sim ☐ Não

Descrever a quantidade e horários da medida pretendida, bem como a efetiva necessidade de disponibilização de coffee break levando em consideração a economicidade de recursos do FUNDEPE, o público-alvo, o horário e local do evento, dentre outros critérios.

100 pessoas, horário das 17h00 às 18h00.

4.6. Palestrantes⁷

Envie o "EDEPE - FICHA DO/A PALESTRANTE" (preencher uma ficha para cada palestrante) e o "EDEPE - FICHA DE AUTODECLARAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA".

Considerando as fichas de autodeclaração de gênero e raça preenchidas pelas/os palestrantes, indique o percentual de:

mulheres: 7 negras/os : 2 indígenas ____ pessoas transgêneros ____

Justificativa: (Art. 2º A composição de mesas, debates, oficinas, seminários e quaisquer atividades de formação, capacitação ou educação em direitos, presenciais ou a distância, deverá assegurar a participação de, no mínimo, 50% de mulheres e 20% de negros/as e indígenas, buscando-se sempre a maior representatividade destes grupos nos eventos e demais atividades.

§ 1º Não sendo possível atingir esse percentual, caberá aos/às organizadores/as apresentar formalmente à EDEPE justificativa para o não atendimento desse critério)

5. Assessoria Parlamentar

5.1. Necessita de apoio da Assessoria Parlamentar⁸?

() Sim (X) Não

6. Observações finais

_____.

⁷ As opiniões e conceitos emitidos no evento serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

⁸ A Assessoria Parlamentar se coloca à disposição para auxiliar na construção do evento em conjunto com os Poderes Legislativo e Executivo e, ainda, auxiliar na divulgação do evento junto aos parlamentares e assessores.



Documento assinado eletronicamente por **Surrailly Fernandes Youssef, Defensora Pública**, em 29/08/2025, às 13:42, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1487990** e o código CRC **82E924D9**.

Av. Liberdade, 32 3º andar - Bairro Liberdade - CEP 01502-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0026376

COOR NCDH - 1487990v4



EDEPE - PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Nome do evento

Território-Memória Carandiru: construindo alianças para reparações histórica

Data do evento

02 de outubro de 2025

PROGRAMAÇÃO

** Sugere-se que seja ponderada a diversidade de gênero e raça na composição da programação do evento.*

Dia 02/10/2025

EVENTO FECHADO PARA MDHC - 13h00 - PRÉ-ABERTURA - Visita Guiada com Roteiro de memória realizada pelo IREC - MDHC - no Território- Memória Carandiru + Biblioteca São Paulo + entorno (CRPIR / ETEC das Artes)

14h25m - Boas-vindas das Diretoras da ETEC Parque da Juventude São Paulo

14H30 - 15h00 - Palestra Inaugural - Comunidade Carcerária e a luta por memória e reparação

- Apresentação do grupo *Comunidade Carcerária*
 - Washington Pereira Az, Mestre de cerimônia e fundador do grupo Comunidade Carcerária
 - Flaviano Souza Fonseca Filho, Educador do território Hip-Hop e integrante do grupo Comunidade Carcerária
 - Marcelo Marques Gonçalves, integrante do grupo Comunidade Carcerária

15h - 16h30 - Mesa Institucional: “Território-Memória Carandiru: construindo alianças para reparações históricas”

- IREC: Maurício Monteiro, sobrevivente do Massacre do Carandiru, Diretor do IREC, Educador, Palestrante, Mediador Ponto de Cultura Carandiru, Youtuber no canal "Prisioneiro 84.901"
- Representantes do DPSP, Unifesp, FGV, IEB/USP (mediação), CRPIR-Carandiru, MDHC:
 - Mediadora: IEB/USP: Elisabete Marin Ribas, Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
 - 1. DPSP, Camila Tourinho, coordenadora do Núcleo Especializado da Situação Carcerária (NESC)
 - 2. Unifesp, Carolina Cutrupi, Professora Adjunta de Direito da Universidade Federal de São Paulo
 - 3. GPDVE/ FGV-SP: Maíra Machado, Professora e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito e Violência do Estado da FGV Direito SP.
 - 4. CRPIR Carandiru, Tâmara Nascimento Coordenadora do Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial (CRPIR-Carandiru)
 - 5. AMPARAR , Raílda Alves
 - 6. Familiar da vítima, Bruna Castorino Alves Vieira
 - 7. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministra Macaé Evaristo;

16h30 – Relato coletivo da Ação de Reparação

Maria Cecília Asperti, professora da FGV Direito SP e Advogada Orientadora do Centro de Assistência Jurídica Saracura (CAJU)

17h - Convite à visitação da Exposição e ao Coffee break de encerramento.



Documento assinado eletronicamente por **Surrailly Fernandes Youssef, Defensora Pública**, em 29/08/2025, às 13:42, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador
1487987 e o código CRC **309EB528**.

Av. Liberdade, 32 3º andar - Bairro Liberdade - CEP 01502-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0026376

COOR NCDH - 1487987v6

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021. [Imprimir](#)  [Enviar](#)  [Fechar](#)**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**

Disciplina a remuneração de palestrantes, professores/as, seminaristas, debatedores/as, expositores/as, conferencistas, conteudistas e tutores/as em cursos e demais eventos, presenciais ou a distância, promovidos ou apoiados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - EDEPE

O Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a atribuição disposta no art. 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 988 de janeiro de 2006, que determina a competência desta Escola em promover rápida e constante atualização dos membros da Defensoria Pública do Estado em matéria legal, doutrinária e jurisprudencial de interesse dos serviços;

Considerando a competência prevista no artigo 14, inciso V, do Regimento Interno da EDEPE (Ato Normativo da Defensoria Pública-Geral nº 127 de 27/07/2017);

Considerando a necessidade do aprimoramento da Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando a necessidade de alternância normativa para viabilizar a contratação de profissionais qualificados/as para a produção de materiais didáticos, apostilas e outros materiais complementares às aulas expositivas, bem como para a mediação de debates e tutoria de turmas no Ensino a Distância;

DELIBERA:

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre a remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, tutoria, geração de conteúdo e preceptoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Deliberação, considera-se:

I – Instrutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino presencial ou a distância;

II – Palestrante: aquele/a que faz exposição acerca de assunto informativo, técnico ou científico, de seu conhecimento, na modalidade presencial ou a distância;

III – Docente: aquele/a que integra corpo docente de curso de pós-graduação *lato sensu* organizado pela Escola da Defensoria Pública;

IV – Debatedor/a: aquele/a que promove o diálogo e integração entre o/a instrutor/a, preceptor/a ou palestrante e o público-alvo, mediando o debate e podendo formular questões ou apresentar reflexões complementares como forma de instigar a participação;

V – Tutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino a distância, inclusive em fóruns de discussão e comunidades de prática;

VI – Conteudista: aquele/a que atua na elaboração, ampliação, adaptação ou revisão do conteúdo e dos objetos de aprendizagem, em linguagem adequada a ambientes virtuais ou presenciais, conforme cada caso, assim como pela elaboração de testes, avaliações ou provas, quando necessário;

VII – Preceptor/a: aquele/a que conduz atividades de qualificação profissional de membros/as, servidores/as, estagiários/as, voluntários/as e residentes jurídicos/as, de caráter continuado, realizadas na modalidade de ensino presencial ou na modalidade a distância

Art. 2º A Escola da Defensoria Pública do Estado remunerará instrutores/as, palestrantes, docentes, debatedores/as, tutores/as, conteudistas e preceptores/as que participem dos cursos, congressos e eventos por ela patrocinados ou apoiados, em conformidade com a presente Deliberação.

§1º - A remuneração será autorizada exclusivamente por meio processo regular de contratação, em conformidade com a legislação aplicável ao procedimento, respeitados os limites da dispensa de licitações durante o respectivo exercício financeiro, quando esta for a modalidade aplicada.

§2º - A atividade de instrução e condução do processo de contratação a que se refere esta Deliberação será orientada pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, garantida a observância do princípio da legalidade.

§3º - Para a operacionalização da atividade referida no parágrafo anterior, a Direção da EDEPE poderá editar modelos de documentos e de formulários.

§4º - A remuneração decorrente de aulas proferidas em cursos de pós-graduação ou de extensão universitária obedecerá à regulamentação específica, sendo aplicável a presente Deliberação de forma subsidiária.

Art. 3º - O valor da remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será calculado em horas-aulas, fixado o valor base da hora-aula em R\$300,00 (trezentos reais).

§1º - De acordo com as peculiaridades do caso e por decisão fundamentada da Direção da EDEPE o valor da hora-aula poderá excepcionalmente ser fixado abaixo do valor base, respeitado o piso da hora-aula no valor de R\$100,00 (cem reais).

§2º - Em se tratando de renomado participante ou com notória especialidade em seu campo de conhecimento, bem como em se tratando de altas autoridades, o valor da hora-aula poderá excecionalmente ser aumentado até o triplo do valor base, por decisão fundamentada da Direção da EDEPE.

§3º - Os pagamentos devidos aos contratados poderão sofrer deduções legais aplicáveis à espécie;

§ 4º - Concluída a contratação prevista no parágrafo 2º, os respectivos autos serão disponibilizados na subsequente reunião do Conselho da EDEPE

§5º - O pagamento será efetivado em 30 dias contados da emissão do atestado de comparecimento

Art. 4º Na contagem das horas-aula para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será considerado não apenas o tempo de fala do contratado, mas também o tempo em que este ficar à disposição dos participantes para questionamentos e debates, nos limites do planejamento e programação do evento, bem como o tempo investido para aplicação e correção de avaliações, quando for o caso.

Parágrafo único. A indicação do total de horas-aula será feita de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento.

Art. 5º O/a conteudista contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I – elaboração do material didático inédito identificado no plano instrucional da ação educacional, no padrão de qualidade definido pela EDEPE

II - a disponibilização do material no prazo combinado e registrado no termo de compromisso;

II – a promoção de alterações recomendadas pela EDEPE no sentido de adequar o material ao padrão institucional, às finalidades e à modalidade de ação educacional

III – revisão, pelo período de dois anos, do material didático, sem direito a nova remuneração;

IV – cessão à EDEPE dos direitos patrimoniais dos materiais didáticos produzidos, ainda que sem exclusividade

V – suporte pedagógico do conteúdo produzido a tutores ou instrutores, conforme o caso, pelo período de até dois anos, sem direito a nova remuneração

Art. 6º A revisão do material didático será formalmente solicitada pela Direção da EDEPE:

I – ao/à autor/a, até o término do prazo de 2 (dois) anos contados do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que configurará encerramento da obrigação do/a autor/a quanto à atualização e não será remunerada;

II – preferencialmente ao/à autor/a, após dois anos do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que será remunerada;

III – a outro/a profissional, na hipótese de negação ou impossibilidade de revisão pelo/a autor/a, situação em que será remunerada.

Art. 7º Não será devida a remuneração para elaboração de materiais didáticos de apoio à exposição do facilitador em ações educacionais não diretamente aproveitáveis sem a participação do/a instrutor/a ou palestrante, assim compreendidas, dentre outras:

I – apresentações sem coesão textual, para projetor multimídia ou impressas

II – ilustrações ou gráficos avulsos, para demonstração de procedimentos ou para exemplificações

III – exercícios propostos naturalmente no decurso da exposição, não formalmente estruturados ou previamente resolvidos ou comentados

IV – textos originais de referência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ou de outras fontes, salvo em composição com materiais produzidos ou integrantes destes, conformados aos padrões da EDEPE

V – outros materiais similares, produzidos sem orientação e fora dos padrões definidos pela EDEPE

VI – atividades educacionais realizadas sem autorização prévia de despesa

Art. 8º O/a tutor/a contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I – ciência quanto ao conhecimento da estrutura e atividades do curso;

II – cumprimento do cronograma de tutoria

III – administração, no ambiente de aprendizagem, de problema, discussão inapropriada, ofensa ou incidente que seja prejudicial ao bom andamento educacional

IV – informar à Direção da EDEPE a necessidade de atualização de material didático detectada durante a realização da ação educacional

V – fomentar a motivação, a mediação e a interação entre os/as alunos, conteúdos e atividades previstas no plano da ação instrucional

Art. 9º A remuneração das atividades de produção de conteúdo e tutoria serão calculadas levando-se em consideração a natureza, a complexidade e a dimensão da atividade desenvolvida.

Parágrafo único. O cálculo da remuneração da atividade de produção de conteúdo e tutoria será feito de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento

Art. 10 A mensuração das horas-aula do conteúdo elaborado pelo/a conteudista observará o seguinte critério:

I – pela geração de conteúdo escrito de capacitação e de avaliação, devidamente sistematizado em tópicos, com títulos e subtítulos: uma hora-aula equivale a cada duas páginas tamanho A4, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, alinhamento justificado, com texto de 25 linhas;

II – pela gravação de videoaula: o correspondente à quantidade de hora-aula editada.

III – na hipótese de revisão ou atualização de material didático, para a mensuração a que se refere o inciso I deste parágrafo, deverão ser computadas as laudas alteradas e as novas que foram produzidas

Parágrafo único. O conteudista será remunerado uma única vez, independentemente do número de turmas e de quantas vezes o curso seja ofertado, salvo, após o período de dois anos, se contratado para atualização do material produzido, hipótese em que será devido o valor fixado para essa finalidade específica

Art. 11 O pagamento destinado ao/a tutor/a seja calculado a partir do total de horas-atividade destinado ao acompanhamento de alunos por meio dos recursos indicados no respectivo projeto do curso, limitado à carga horária da disciplina ou unidade ministrada

Art. 12 O pagamento será efetuado apenas após a apresentação do material didático, inclusive com a correção dos ajustes apontados como necessários pela EDEPE, no caso do/a conteudista, ou do fim do cronograma de tutoria, no caso do tutor/a.

Art. 13 Os/as palestrantes, instrutores/as, debatedores/as, preceptores/as, conteudistas e tutores/as cederão os direitos patrimoniais relativos ao material instrucional à EDEPE, que poderá utilizá-los, na íntegra ou em partes, ou em compilação com outros materiais, em eventos que venha a realizar, inclusive as gravações de áudio e vídeo, resguardada a obrigatoriedade de identificação da autoria e o direito de uso pelo/a autor/a, incluindo para fins lucrativos

Art. 14 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015 e mantida a revogação dos Atos da Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 15, de 16 de março de 2010; nº 21, de 29 de novembro de 2010; e nº 25, de 22 de agosto de 2011.

=====

 Imprimir  Enviar  Fechar



MANIFESTAÇÃO

CERTIFICO que, por conterem dados sensíveis e em atenção à Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), os documentos abaixo listados foram encartados em processo próprio de natureza restrita, de nº SEI 2025/0029484, o qual permanecerá com acesso franqueado à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública:

- Ficha de palestrante (doc.1524193)
- Certidões(doc.1524194)
- Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- Consulta negativa do CADIN ESTADUAL;
- Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo;
- Pesquisa negativa de aplicação de sanções administrativas, emitida pela SeFaz/SP;
- Consulta na Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação do TCE-SP;
- Cadastro como Contribuinte da Previdência Social (emissão pela SAOF);
- Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 22/09/2025, às 09:05, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1524398** e o código CRC **501B309A**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1524398v2



MANIFESTAÇÃO

Compete à Escola da Defensoria Pública do Estado, nos termos do que dispõe o artigo 58, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre outras atribuições, *“promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado”*.

Nesse sentido, pretende-se a contratação da/o palestrante **Maria Railda Silva** para proferir palestra no “Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica”.

Trata-se da ação educacional que visa discutir a luta por reparação e memória a partir de uma mesa de debates com autoridades, sobreviventes do massacre e acadêmicos que atuam na temática. Além disso, será discutida a importância das intervenções culturais e da arte como mecanismo de luta por memória.

De acordo com o documento 1524193, **Maria Railda Silva** é ativista de Direitos Humanos há mais de 30 anos. É uma das fundadoras da AMPARAR, a Associação de Familiares e Amigos de Presos/as, que atua há 20 anos na defesa de direitos de pessoas privadas de liberdade junto com outras mães que tiveram seus filhos encarcerados nos sistemas socio-educativo e prisional. Integra diversas redes e coletivos como a RIMUF (Rede Internacional Mulheres Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade), a Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo, o Movimento Negro Unificado, a Coalizão Negra por Direitos, dentre outras. Atualmente é conselheira no CONDEPE representando a AMPARAR.

É portanto, inequivocamente detentor/a de um perfil único, intrinsecamente ligado à realidade vivida e às demandas das comunidades marginalizadas, o que o torna essencial para promover uma visão mais ampla e inclusiva nos eventos promovidos pela instituição. Instituição essa, aliás que tem como fundamentos de atuação a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A contratação em epígrafe representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural de temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, e considerando que a normativa trata de rol meramente exemplificativo; bem como com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, entendo que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos.

As informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, constarão dos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

Em assim sendo, nos termos do art. 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, entendo conveniente e oportuna a pretensa contratação eis que pertinente às finalidades institucionais da Escola da Defensoria Pública do Estado.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 22/09/2025, às 09:55, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1524399** e o código CRC **F0D5449D**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1524399v2



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

Objeto:

1.1. Contratação de **Maria Railda Silva** para proferir palestra no “Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica”.

Prazo de vigência e de execução:

1.2. O prazo de vigência da contratação terá início a partir da emissão da Nota de Empenho pela Contratante até o término das obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), sendo limitado ao dia 31/12/2025, momento em que se resolverá de pleno direito.

1.3. O prazo de execução dos serviços será o mesmo estabelecido para a realização do evento.

Outras condições:

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.5. O(A) Contratado(a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, no Ato Normativo DPG nº 238/2023, e na Deliberação do Conselho Superior da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17/2021.

2.2. A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, alinhando-se às diretrizes estratégicas da Escola da Defensoria Pública do Estado.

2.3. A presente contratação se faz necessária para o cumprimento da missão institucional da EDEPE, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 988/2006 e do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 05 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não foram identificados impactos ambientais para a presente contratação.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A presente contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho**.

5.2. O(a) Contratado(a) deverá comparecer ao local de realização ou gravação do evento, na data e horário indicados pela Contratante, e desempenhar o serviço de acordo com as diretrizes fornecidas pela Contratante, estabelecidas para

o evento.

5.3. Condições gerais de execução:

- Quantidade de horas contratadas: 01 hora 30 minutos, a palestrante participará da 15h às 16h30.
- Datas do evento: 02/10/2025.
- Local do evento: Auditório da ETEC de Artes - Prédio II, Av. Cruzeiro do Sul, nº 2630 - Santana, São Paulo/SP.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

Informações gerais:

- 6.1.** A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre a Contratante e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** A Contratante poderá convocar o(a) Contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão:

- 6.4.** A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor da contratação.
- 6.5.** O gestor da contratação acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.6.** O gestor do contrato anotará no histórico de gerenciamento da contratação, se for o caso, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.7.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
- 6.8.** O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) Contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor da contratação atuará tempestivamente na solução do problema.
- 6.10.** O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor competente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Medição:

- 7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Atestado de Execução dos Serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o(a) Contratado(a):

não produziu os resultados acordados;
deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento:

7.3. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de finalização do serviço, mediante a confirmação de comparecimento do(a) Contratado(a) pelo Servidor responsável.

7.4. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o valor respectivo será descontado da importância devida ao(à) Contratado(a), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. Constatadas irregularidades no serviço, a Contratante poderá:

7.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante Atestado de Execução dos Serviços, firmado pelo Servidor responsável.

7.7. A aceitação dos serviços não exonerará o(a) Contratado(a) de indenização no caso de responsabilidade civil ou técnica por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Pagamento

7.8. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do(a) Contratado(a) no Banco do Brasil S/A, no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contados do recebimento do atestado de comparecimento do(a) Contratado(a), a ser apresentado à EDEPE no prazo de 25 (vinte e cinco) dias da data da palestra, e à vista do Atestado de Execução de Serviços.

7.9. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome do(a) Contratado(a) no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo(a) Contratado(a), de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.10. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor da contratação e remuneração pelos serviços prestados:

8.1. O(A) contratado(a) será remunerada(o) de acordo com a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nº 17/2021.

8.2. O valor base fixado para a presente contratação será de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo:

- Valor da hora aula: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- Total de horas contratadas: 1 hora 30 minutos
- Valor total das horas contratadas: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

- Valor total do projeto: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros dos Programas de Trabalho 03.092.4200.6023.0000, Elemento 33.90.36-25 e Fonte de Recursos 175930066 da Unidade Gestora 420031.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações do(a) Contratado(a), sem prejuízo das demais que forem intrínsecas à prestação dos serviços contratados, daquelas constantes de sua proposta comercial e das estabelecidas em lei:

- I.** zelar pela fiel execução da contratação, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II.** não transferir a outrem a execução do objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- III.** manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;
- IV.** dar ciência imediata e por escrito à Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução da contratação;
- V.** prestar à Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução da contratação;
- VI.** responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes da execução da contratação;
- VII.** não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante ou terceiro que já lhe preste serviços para atuar na execução da contratação;
- VIII.** guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- IX.** Respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições;
- X.** Dar exato cumprimento às *Leis* Anticorrupção previstas no ordenamento jurídico brasileiro, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados; obrigando-se a: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

10.2. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das constantes deste Termo de Referência e do instrumento contratual, e das estabelecidas em lei:

- I.** zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência da contratação;
- II.** indicar formalmente servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o(a) Contratado(a);
- III.** fornecer ao(à) Contratado(a) todos os dados e informações necessários à execução do objeto da contratação;
- IV.** efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- V.** respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. A inexecução total ou parcial desta contratação, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 155 ensejará a rescisão, acarretando as consequências enumeradas no artigo 156, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O(A) Contratado(a) sujeita-se também às previsões constantes dos artigos 155 a 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. As sanções de que tratam os itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237/2023, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no Portal da Transparência, do E-sanções, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.5. A Contratante poderá descontar da fatura os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas na contratação.

11.6. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento de contratação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pelo(a) Contratado(a).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 22/09/2025, às 09:06, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1524400** e o código CRC **4E0F2F4A**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1524400v2



RELATÓRIO

Cuidam os autos de procedimento administrativo instaurado com vistas à contratação de **Maria Railda Silva** para proferir palestra no “Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica”.

No âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o que inclui a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), os procedimentos destinados à aquisição de bens e à contratação de serviços nos moldes da 14.133/2021 são regulamentados pelo Ato Normativo DPG nº 238, de 28 de março de 2023 (“Ato 238”).

Em atendimento às exigências constantes do Ato 238, constam dos autos os seguintes elementos:

Documento de Formalização de Demanda - DFD (doc.1524394);

Formulário de solicitação de realização ou apoio a evento (doc.1524395);

Programação do evento (doc.1524396);

Currículo (informações na ficha cadastral doc.1524193);

Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17, de 29 de setembro de 2021 (doc.1524397);

Despacho da Direção sobre a conveniência e oportunidade da contratação (doc.1524399);

Indicação de documentos contendo dados protegidos, pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), encartados em processo SEI restrito (doc.1524398) e

Termo de Referência (doc.1524400).

No que tange aos documentos pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), a que se refere o artigo 15, inciso II, do Ato 238, cumpre informar que não foram juntados aos autos os documentos pessoais com foto, o comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, assim como a declaração conjunta.

A especial natureza da contratação em epígrafe, inclusive no que diz respeito à menor complexidade do seu objeto, enseja, s.m.j., a prescindibilidade dos aduzidos documentos.

Isso porque, na medida em que o procedimento em questão é orientado pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, a dispensa dos documentos não importa em nenhuma ofensa ao princípio da legalidade, e garantirá a contratação do(a) palestrante, cuja participação é indispensável para a realização do evento, que representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE.

Por se tratar de uma atividade que envolve aspectos eminentemente atrelados à intelectualidade, qualificação, bem como experiência e/ou vivência pregressa do(a) Contratado(a), o serviço envolve características que não permitem sua comparação objetiva com outros.

A inexigibilidade de licitação é uma solução legal para os casos nos quais não é possível sustentar a estrutura de um procedimento de licitação em razão da inviabilidade de competição. Na medida em que ausente a competitividade, pressuposto necessário à realização do procedimento, a licitação se torna uma via inadequada, devido à impossibilidade de escolha objetiva da proposta mais vantajosa.

Pelo exposto, s.m.j., sugiro a contratação de **Maria Railda Silva** nos termos do artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Submeto os autos à consideração superior, com sugestão de emissão de Nota de Reserva e encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, em observância,

respectivamente, aos artigos 8º e 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 22/09/2025, às 09:06, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1524401** e o código CRC **2730FBA9**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1524401v2



MANIFESTAÇÃO

Vistos.

Acolho a manifestação retro, oriunda da Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual doc.1524401.

Nos termos do artigo 5º, § 2º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, aprovo o Termo de Referência, constante em doc.1524400.

O custo da contratação durante o período do projeto será de **R\$ 450,00** (quatrocentos e cinquenta reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 90,00** (noventa reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 540,00** (quinhentos e quarenta reais).

Observo que a exigência do art. 8º, Ato Normativo DPG nº 238/2023 encontra-se atendida, na medida em que no Processo SEI nº 2025/0026376, pertinente à organização do evento em epígrafe, há indicação de recursos para fazer frente à presente contratação. Por essa razão, deixo de solicitar nova informação de recursos à Subárea de Orçamento e Finanças nestes autos.

Determino o encaminhamento dos autos à Subárea de Orçamento e Finanças para **reserva orçamentária** em favor de **Maria Railda Silva**, no valor de **R\$ 540,00** (quinhentos e quarenta reais), em **EDUCAÇÃO EM DIREITOS**, em atenção ao art. 8º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Após, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, nos termos do art. 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 22/09/2025, às 09:55, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1524402** e o código CRC **81B58792**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1524402v2



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº901/2025

Processo Administrativo: 29509/2025

INICIAL

INTERESSADO: Maria Railda Silva Alves
CPF: 132.667.188-01

ASSUNTO: Contratação do palestrante Maria Railda Silva (Railda Alves) para o "Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica"

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420154

PROGR. DE TRAB.: 03.092.4200.6023.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-25

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 631.087,46	-	-	R\$ 631.087,46
OUTUBRO	R\$ 814.248,16	R\$ 450,00	-	R\$ 813.798,16
NOVEMBRO	R\$ 840.531,88	-	-	R\$ 840.531,88
DEZEMBRO	R\$ 844.708,32	-	-	R\$ 844.708,32
TOTAL	R\$ 3.130.575,82	R\$ 450,00	-	R\$ 3.130.125,82

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

TATIANA OLIVEIRA DE JESUS
Oficial de Defensoria Pública
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 23 de Setembro de 2025

ALLAN RAMALHO FERREIRA
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 23/09/2025, às 10:54, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Oliveira De Jesus, Oficiala de Defensoria**, em 23/09/2025, às 11:47, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 23/09/2025, às 15:01, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1527438** e o código CRC **C720E806**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAOF EDEPE - 1527438v2

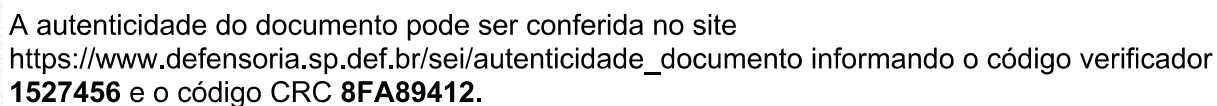
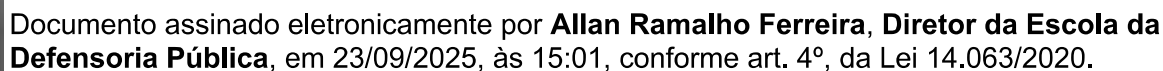
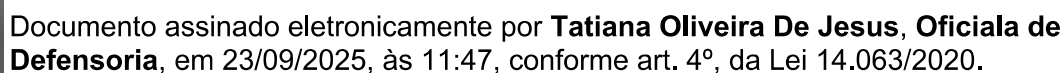


Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2025NR00586

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	29509/2025				
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.								
Data Emissão	23/09/2025	PTRes	420154	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03092420060230000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	540,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>10</td><td>540,00</td></tr></table>						Mês	Valor	10	540,00
Mês	Valor								
10	540,00								
Observação									
CONTRATAÇÃO DE MARIA RAILDA SILVA PARA PROFERIR PALESTRA NO �TERRIT�RIO - MEMÓRIA CARANDIRU: CONSTRUINDO ALIANÇAS PARA REPARAÇÃO HIST�RICA�.									
Usuário									
Consultado Em	23SET2025	Horário	10:52						





Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0002784

SAOF EDEPE - 1527456v2



PARECER AJ

Processo SEI nº 2025/0029509

Interessada: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Assunto: Contratação da Palestrante Maria Railda Silva (Railda Alves)

Inexigibilidade de licitação. Pagamento de palestrante. Alteração da fundamentação legal. Artigo 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021. Disponibilidade de recursos. Viabilidade.

Parecer AJ nº 498/2025

1. Tratam os autos de medidas preparatórias para viabilizar o pagamento da palestrante Maria Railda Silva (Railda Alves), que proferirá palestra durante o evento “Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica”, que será realizado no dia 02 de outubro de 2025, no Auditório da ETEC de Artes - Prédio II, situado na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 2630, Santana, na cidade de São Paulo/SP.

2. No Documento de Formalização de Demanda – DFD consta que a contratação foi solicitada e justificada pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, com previsão de duração de 1 hora e 30 minutos (doc. 1524394), justificando que “*a contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE*”, bem como que o evento “*contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos*”.

3. Foram encartadas a cópia do formulário de solicitação de realização do evento, preenchido pela Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (doc. 1524395) e a programação do evento (doc. 1524396).

4. No documento 1524397, consta a Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, relativo à disciplina da remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola.

5. Os documentos para a contratação foram juntados no Processo 2025/0029484 protegido com restrição de acesso por conter informações pessoais, sendo composto por:

Ato Normativo DPG nº 238/2023	
Artigo 15, inciso II	Documentos e Folhas
<i>a) em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;</i>	
<i>b) cópia do comprovante de residência (ou declaração de endereço);</i>	
<i>c) cópia dos documentos pessoais com foto do contratado ou do representante, se houver;</i>	
<i>d) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);</i>	Doc. 1524194 - fls. 08;
<i>e) consulta à situação cadastral no INSS (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais);</i>	Doc. 1524276;
<i>f) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	
<i>g) certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;</i>	Doc. 1524194 – fls. 01; válida até 11/03/2026;
<i>h) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de inscrição na dívida ativa estadual do domicílio;</i>	Doc. 1524194 – fls. 03 válida até 12/10/2025;
<i>i) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos tributários municipais do domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 1524194 - fls. 05: válida até 17/02/2026;
<i>j) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas (CNDT);</i>	Doc. 1524194 - fls. 02: válida até 17/03/2026;

k) consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais (CADIN Estadual);	Doc. 1524194 - fls. 04;
l) pesquisa negativa de sanções administrativas do Estado de São Paulo (site: www.esancoes.sp.gov.br);	Doc. 1524194 - fls. 06;
m) extrato de pesquisa na relação de apenados do TCE/SP;	Doc. 1524194 - fls.07;
n) comprovante de inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp;	Certificado de Registro Cadastral – CRC no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Doc. 1524194 - fls. 09);
o) declaração conjunta de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego ou de quem faça as suas vezes e de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; que assegura a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de ciência do CADIN Estadual.	

6. Além disso, foram trazidos aos autos os seguintes documentos:

- Ficha Cadastral da palestrante (doc. 1524193);
- Cadastro SIAFEM (doc. 1527294).

7. O Diretor da EDEPE, manifestou-se pela conveniência e oportunidade da contratação da palestrante, corroborando a justificativa apresentada no DFD, destacando que o contratado é *“detentor/a de um perfil único, intrinsecamente ligado à realidade vivida e às demandas das comunidades marginalizadas, o que o torna essencial para promover uma visão mais ampla e inclusiva nos eventos promovidos pela instituição”*. Na sequência, dispensou a realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG ° 238/2023 (doc. 1524399).

8. Ato contínuo, foi lavrado o Termo de Referência, no qual foram explicitados o objeto, a descrição dos serviços, o valor do projeto, a forma de contratação e as condições de pagamento (doc. 1524400).

9. A Oficiala de Defensoria da Subárea de Evento e Comunicação Audiovisual relatou a instrução dos autos e informou que não realizou a juntada da cópia autenticada do documento pessoal com foto da palestrante e demais documentos, considerando a natureza da contratação e

os princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência (doc. 1524401).

10. No doc. 1524402, consta manifestação do Diretor da EDEPE, aprovando o Termo de Referência e informando que o valor total a ser pago é de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) já incluído o INSS patronal.

11. A autorização para a reserva financeira lançada pelo Diretor da EDEPE, bem como as informações das fontes de recursos para fazer frente às despesas e respectiva nota de reserva encontram-se nos documentos 1527438, 1527449 e 1529087, tudo com vistas ao pagamento da palestrante e recolhimento do INSS.

Vieram os autos para análise e parecer.

12. Inicialmente observo que até recentemente, as contratações de palestrantes pela EDEPE foram fundamentadas em dispensa de licitação, baseadas no artigo 24, inciso II, da Lei 8666/1993, por economia processual e seguindo a orientação do Acórdão 1336/2006 - Plenário do TCU, que define:

18. Diante disso, não vejo utilidade em exigir procedimento mais rigoroso para a inexigibilidade de licitação e as dispensas que se enquadrem nos limites de valores definidos no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, motivo pelo qual a expressão restritiva, 'independentemente do valor do objeto', constante do Secoi Comunica nº 6/2005 deve ser expurgada, haja vista que carece de amparo legal. Ante o exposto e, não obstante divergir parcialmente dos fundamentos expendidos pela Conjur, estou convencido de que a questão pode ser suficientemente equacionada com o reconhecimento da possibilidade de que **as aquisições caracterizadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25, da Lei 8.666/93, possam ser fundamentadas em dispensa de licitação, alicerçada no art. 24, incisos I e II, da referida Lei, quando os valores se enquadrarem nos limites estabelecidos neste dispositivo.**

13. No entanto, considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), que simplificou a contratação por inexigibilidade, não são mais necessários alguns trâmites procedimentais que atrasavam e dificultavam contratações que têm como característica a simplicidade, assim, entendemos por bem alterar a fundamentação para inexigibilidade de licitação, do artigo 74, *caput* da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação **quando inviável a competição** [...]

14. A EDEPE é órgão auxiliar da Defensoria Pública e possui, nos termos do artigo 2º, inciso XIII do Ato Normativo DPG nº 127/2017, o dever de “*atuar, em conjunto com os órgãos de execução, na promoção de atividades de educação em direitos, informação, motivação e conscientização da população carente, a respeito de seus direitos fundamentais, por meio de cursos, palestras, elaboração de material didático e outros meios de comunicação*”.

15. O artigo 111 da Constituição Estadual determina que a administração pública seja norteadada, entre outros princípios, pelo da motivação. No presente caso, há solicitação e justificativa para a realização do evento (docs. 1524394 e 1524395), bem como o Diretor da EDEPE, exarou juízo positivo de conveniência e oportunidade da realização do evento e da contratação da palestrante, com a dispensa da elaboração do ETP, nos termos dos artigos 2º e 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023 (doc. 1524399).

16. No tocante à dispensa da realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG nº 238/2023, observo que as contratações por inexigibilidade não estão entre as hipóteses previstas nas alíneas, contudo, trata-se de rol meramente exemplificativo, sendo possível a dispensa do ETP em outras contratações, desde que devidamente justificadas. Assim, considerando os princípios da razoabilidade, da celeridade e da economicidade que regem as contratações públicas, corroboro a tese de que a contratação em tela, que possui menor complexidade, não requer a elaboração do ETP para sua formalização.

17. O valor da contratação, que totaliza R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), foi calculado de acordo da Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, que disciplina a remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola, trazendo maior segurança e clareza a tais contratações.

18. Verifica-se que foi indicada a fonte de recursos para fazer frente à despesa e efetuada a reserva, com a devida autorização da despesa pelo Diretor da EDEPE (docs. 1527438, 1527449 e 1529087).

19. Ainda, resta pendente a autorização da contratação, que nos termos do art. 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, é competência delegada do Diretor da EDEPE, que deverá ser divulgada e mantida à disposição do público no sítio eletrônico da Defensoria, conforme dispõe o art. 24, §4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023. Após a contratação, também deverá ser publicado o extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 26, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

20. Com relação à documentação, verifica-se que não há óbice ao prosseguimento do feito.

21. Por fim, destacamos a extrema importância quanto à necessidade de zelo dos servidores públicos responsáveis pela condução da contratação em questão com relação a potenciais conflitos de interesse, nos termos das normas vigentes.

22. Assim, ficam os agentes públicos que atuam no presente processo, especialmente aqueles na condição de gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos, nos termos do art. 2º, caput, da IN TCESP nº 01/2024, alertados de que, em caso de conflito efetivo ou potencial de interesses, deverão declarar prévio impedimento, remetendo os despachos e atos decisórios à autoridade superior.

23. Ressalte-se, por fim, que, à luz do disposto no art. 26, I e II do Ato Normativo DPG nº 80/2014, a Assessoria Jurídica presta consultoria quanto aos aspectos jurídico-formais dos autos, não lhe competindo adentrar em questões relacionadas à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito dos órgãos internos, nem analisar elementos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou financeira.

24. Ante o exposto, entendo que poderá ser dado prosseguimento às providências necessárias ao pagamento da palestrante, atentando-se para as observações dos itens 19, 21 e 22 deste parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Jose Manzutti Neto, Assistente Técnico**, em 25/09/2025, às 10:36, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1530534** e o código CRC **B43AEFDD**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

ASTE ASJD - 1530534v12



APROVAÇÃO DE PARECER AJ

Considerando que o presente parecer trata de entendimento jurídico já consolidado pela Coordenação da Assessoria Jurídica e conforme previsão do art. 2º, §1º, da Instrução Normativa AJ nº 01, de 19/08/2015, ratifico o Parecer AJ nº 498/2025 (doc. 1530534), emitido pelo Assistente Técnico I, Adolpho José Manzutti Neto, elaborado nos termos do artigo 21, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238, de 28/03/2023, pelos fundamentos que apresenta.

Como se trata de contratação alcançada pela solicitação do Ofício CG nº 01/2023, encaminhem-se os autos, simultaneamente:

- a) à Controladoria-Geral, para ciência;
- b) à EDEPE, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Maria Cavaleiro Madeira, Assessora Técnica**, em 25/09/2025, às 10:41, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1530612** e o código CRC **35AA35F6**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

ASTE ASJD - 1530612v2



Despacho COOR CONT nº120

DESPACHO DA CONTROLADORIA-GERAL

SEI nº 2025/0029509

Objeto: Medidas preparatórias para viabilizar o pagamento da palestrante Maria Railda Silva, referente à participação no evento "Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica", a ser realizado no dia 02 de outubro de 2025, no Auditório da ETEC de Artes - Prédio II, situado na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 2630, Santana, na cidade de São Paulo/SP.

Em atendimento ao despacho da Assessoria Jurídica na aprovação de seu parecer (doc. 1530612), a Controladoria-Geral apresenta análise realizada a respeito do procedimento constante nos autos:

O presente processo trata da formalização de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 20 e ss. do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

A solicitação está acompanhada do Documento de Formalização da Demanda (doc. 1524394), Termo de Referência (doc. 1524400), manifestação de conveniência e oportunidade exarada pela Diretoria da EDEPE (doc. 1524399). A Assessoria Jurídica desta Defensoria Pública apresentou parecer jurídico favorável (doc. 1530612).

A documentação constante nos autos demonstra atendimento aos requisitos legais e regimentais, incluindo a previsão orçamentária e a indicação da fonte de recursos.

O processo encontra-se em estágio avançado de instrução, com pendências pontuais para finalização, em especial aquelas apontadas no parecer jurídico acima mencionado, as quais recomenda-se observação.

Diante do exposto, a Controladoria-Geral toma ciência dos presentes autos e, à luz do parecer da Assessoria Jurídica, verifica a regularidade formal do procedimento até o presente estágio, ressaltando, entretanto, para sua hígida continuidade e conclusão, a necessidade do integral atendimento das recomendações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Encaminhem-se os autos para ciência da Edepe.



Documento assinado eletronicamente por **Alvimar Virgílio de Almeida, Controlador-Geral**, em 26/09/2025, às 08:48, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1531701** e o código CRC **F68D5A02**.



MANIFESTAÇÃO

Ante os elementos e informações constantes dos autos do Processo SEI nº 2025/0029509 notadamente o **Parecer AJ nº 498/2025**, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **declaro inexigível e autorizo a contratação de Maria Railda Silva** para proferir palestra no evento “Território - Memória Carandiru: Construindo Alianças para Reparação Histórica”, com base no artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do artigo 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Com fundamento no artigo 19 do Ato Normativo DPG nº 238/2023, designo a Servidora, Carolina Giraldes Campos da Silva, como gestora da contratação.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Orçamentos e Finanças para emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 450,00** (quatrocentos e cinquenta reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 90,00** (noventa reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 540,00** (quinhentos e quarenta reais).

Após, devolvam-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 29/09/2025, às 11:03, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1535300** e o código CRC **E572CB65**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAEC EDEPE - 1535300v2



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2025NE03890

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	29SET2025

CNPJ/CPF/UG	13266718801 - MARIA RAILDA SILVA				
Credor	MARIA RAILDA SILVA				
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	42001	03092420060230000	175930066	33903625	420010	000.000.0100	420154

No Processo	29509/2025	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI14133/2021-ART.74		
Licitação	06 - INEXIGIVEL	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
----------------------	---

Cronograma	
Mês	Valor
10	450,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	450,00	Preço Total	450,00
Descrição: CONTRATAÇÃO DE MARIA RAILDA SILVA PARA PROFERIR PALESTRA NO EVENTO: TERRITORIO MEMORIA CARANDIRU: CONSTRUINDO ALIANÇAS PARA REPARACAO HISTORICA									

Total ou Valor a Transportar R\$	450,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SP
Data de Entrega	31DEZ2025

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	ESDRA GERMANIA DE LIMA - 420031
--------------------------	---------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira**, Diretor da Escola da Defensoria Pública, em 29/09/2025, às 19:31, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1537662** e o código CRC **CC29D149**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0029509

SAOF EDEPE - 1537662v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2025NR00606

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	29509/2025				
Evento	206100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA(CANCELAMENTO)								
Data Emissão	29/09/2025	PTRes	420154	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03092420060230000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor					
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>10</td><td>90,00</td></tr></table>						Mês	Valor	10	90,00
Mês	Valor								
10	90,00								
Observação									
CANCELAMENTO PARCIAL DA NOTA DE RESERVA 2025NR00586 EM VIRTUDE DO EMPENHO DO INSS PATRONAL SER DIRETO NA DESPESA									
Usuário									
Consultado Em	29SET2025	Horário	19:05						



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2025NE03891

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	29SET2025

CNPJ/CPF/UG	00394460003329 - MINISTERIO DA ECONOMIA					
Credor	MINISTERIO DA ECONOMIA					
Endereço	EXPLANADA DO MINISTERIO BLOCO B, BL P -					
Cidade	BRASILIA	UF	DF	CEP	70048-900	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400092	42001	03092420060230000	175930066	33903612	420010	000.000.0100	420154

No Processo	2784/2025	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI14133/2021-ART.74		
Licitação	06 - INEXIGIVEL	Modalidade	3 - ESTIMATIVO		
Empenho Orig.	2025NE00178	Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	90,00 (noventa reais)
----------------------	-----------------------

Cronograma	
Mês	Valor
10	90,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0000	Preço Unitário	0,00	Preço Total	90,00
Descrição: 20% INSS PATRONAL - CONTRATAÇÃO DE MARIA RAILDA SILVA PARA PROFERIR PALESTRA NO EVENTO: TERRITORIO MEMORIA CARANDIRU: CONSTRUINDO ALIANÇAS PARA REPARACAO HISTORICA									

Total ou Valor a Transportar R\$	90,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA P BLICA DO ESTADO DE SP
Data de Entrega	31DEZ2025

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	ESDRA GERMANIA DE LIMA - 420031
--------------------------	---------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira**, Diretor da Escola da Defensoria Pública, em 29/09/2025, às 19:31, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1537665** e o código
CRC **D7BBA57D**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0002784

SAOF EDEPE - 1537665v2